

# RMNR A DISPUTA NA JUSTIÇA

## Petrobrás tentou ganhar no tapetão

Ao longo de toda esta década de disputa com os sindicatos para tentar fazer valer a sua tese em relação ao Complemento da RMNR, a Petrobrás fez malabarismos para explicar o inexplicável aos juízes, desembargadores e ministros dos tribunais de justiça. Como convencer os magistrados sobre as razões pelas quais os petroleiros que atuam em áreas de risco são remunerados da mesma forma que os que trabalham em prédios administrativos?

Sem argumentos para justificar e sustentar as distorções que criou ao tratar de forma igual os desiguais, a Petrobrás apelou para o tapetão, tentando derrubar no TST a decisão que o próprio Tribunal já havia dado ao tema, quando a Subseção de Dissídios Individuais (SDI) pacificou em 2013 a fórmula de cálculo do complemento da RMNR.

Acreditando na mudança da conjuntura política, quando as pesquisas apontavam em 2014 a vitória de Aécio Neves, candidato da direita golpista, o jurídico da empresa ingressou com Dissídio Coletivo no TST, às vésperas do segundo turno da eleição. Para tentar influenciar o julgamento, a Petrobrás contratou o filho de uma das ministras do Tribunal para defender a empresa na ação.

“O fato concreto é que esse Dissídio Coletivo não poderia sequer existir, se prevalecesse o Direito. O que a Petrobrás tentou fazer foi um gol de mão, aos 48 minutos do 2º tempo da partida”, declara o assessor jurídico da FUP, Normando Rodrigues.

